

dato aprovado no referido concurso, João Nuno de Carvalho Neves Casaca.

Mais se torna público que o candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Gonçalves Sapinho*. 1000304946

CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Aviso n.º 19/2006

Renovação de contratos de trabalho a termo certo

Torna-se público que, por meu despacho datado de 31 de Julho de 2006, e nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Julho, conjugado com o artigo 139.º do Código do Trabalho, foi determinado renovar, pelo prazo de um ano, o contrato de trabalho a termo certo, celebrado com a trabalhadora abaixo indicada, na data e para desempenhar as funções que se indica:

Eugénia Maria Palmira Viana da Silva — operário semiqualeficado — cantoneiro — 9 de Setembro de 2004.

4 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel José de Jesus Marreiros*. 1000304956

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 14 de Julho de 2006, do vereador com competência delegada, após ter sido dispensada da frequência do estágio, por despacho de 16 de Junho de 2006, do vereador com competência delegada, por reunir os requisitos que o permitem, conforme o Acórdão de 9 de Julho de 1996, nos autos de reclamação n.º 87/96, e o Acórdão n.º 100/98, de 5 de Maio de 1998, do Tribunal de Contas, foi nomeada, para um lugar de técnico de 2.ª classe, da carreira de engenheiro técnico, Ana Cristina Coutinho Pereira, na sequência do concurso externo de ingresso para um estagiário, com vista ao provimento de um lugar de técnico de 2.ª classe, da carreira de engenheiro técnico, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2005.

A candidata nomeada deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.)

26 de Julho de 2006. — O Vereador, com competência delegada, *Nelson Fernando Nunes Galvão*. 1000304948

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Aviso n.º 6/2006

Reclassificação profissional

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 31 de Julho de 2006, e no uso da competência que me é conferida pela alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, procedi à reclassificação profissional dos seguintes funcionários:

Jorge Elisio Sequeira Lima, com a categoria de técnico profissional de natação, para a categoria de técnico superior de desporto de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, ao abrigo da alínea *d)* do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Carla Sofia de Matos Marques, com a categoria de telefonista, para a categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, ao abrigo da alínea *e)* do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

Os nomeados deverão aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus*. 1000304932

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 17 de Agosto de 2006, requisitei à Câmara Municipal de Loures a assistente administrativa, Ana Cristina Batalha Dias Albuquerque, pelo período de um ano, com início em 1 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 12.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

17 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Gil Ricardo Sardinha Rodrigues*. 1000304953

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

Aviso

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 27 de Julho de 2006, homologo a acta de classificação final e procedo à nomeação da estagiária, para um lugar de técnico superior de 2.ª classe — química, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 218, de 15 de Setembro de 2004, Olga Maria Fernandes Andrade — 15 valores.

Mais se torna público que o nomeado tem o prazo de 20 dias para tomar posse, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rodrigo Martins*. 1000304930

CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO

Aviso

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal de Olhão pretende promover a abertura de um procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefes de Divisão Administrativa).

2 — A área de actuação do lugar a prover consta da estrutura orgânica dos serviços municipais, publicada em suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239 de 15 de Outubro de 1996, com as alterações publicadas no apêndice n.º 37 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 5 de Junho de 1998. As competências estão definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.

3 — Perfil pretendido — competência e aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e capacidade de liderança. Experiência comprovada em serviços de apoio instrumental, área administrativa, obtida na administração local, designadamente na área de recursos humanos.

Conhecimentos e experiência nas áreas do recrutamento e selecção de pessoal, contratação e formação profissional.

4 — Requisitos do provimento:

4.1 — Funcionários abrangidos pelos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.